
Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia

Three forms of violence, three forms of peace. Peace, war, and the Indo-European social formation

Trois formes de violence, trois formes de paix. La paix, la guerre et la formation sociale indo-européenne

Johan Galtung

Tradutor: João Paulo Moreira



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1018>

DOI: 10.4000/rccs.1018

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2005

Paginação: 63-75

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Johan Galtung, « Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 71 | 2005, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado o 21 dezembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1018> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.1018>



JOHAN GALTUNG

Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia

Nas formações sociais, as formas de violência coexistem com as formas de paz. O presente artigo analisa a coexistência, na formação social indo-europeia, da violência cultural (produção de ideias justificativas das demais violências) com a paz cultural (cooperação e comisseração com todas as formas de vida); da violência directa (eliminação física do outro) com a paz directa (formas de controlo não-violentas, com sanções positivas); e da violência estrutural (mecanismos sistémicos de injustiça e morte) com a paz estrutural (satisfação das necessidades básicas e distribuição de bens e serviços).

1. Da formação social indo-europeia

Nas formações sociais mora a violência e/ou a paz.

A formação social requer ordem social e estabilidade, que o mesmo é dizer, um *status quo* apoiado pelos que dele usufruem e por aqueles que sabem o que têm e que o preferem àquilo que poderiam, eventualmente, vir a ter.

Uma dada ordem social baseia-se numa orientação ditada a partir de dentro e numa balizagem imposta de fora. Às orientações e às ordens que definem o que está bem, o que está mal e o que não é uma coisa nem outra, dá-se também o nome de *normas*. De um modo geral, as normas são formulações verbais, pensamentos expressos ou por exprimir, conscientes ou pré-conscientes, como premonições.

Para que haja uma *orientação a partir de dentro* tem que haver alguma *interiorização*, tem que haver algo negativo ou positivo a acompanhar o que está mal ou o que está bem, uma dor ou um prazer, um impulso de afastamento ou de atracção – muitas vezes chamado má ou boa consciência (consciência = saber em comum, com a norma?). E para que haja uma *balizagem imposta de fora* é preciso que exista alguma institucionalização, sendo as forças negativas e positivas, neste caso, habitualmente chamadas castigo e recompensa.

A designação genérica para as “forças” internas/pessoais e externas/sociais, negativas e positivas, é a palavra *sanção*. Estas podem surgir *ex post* – após o acto se ter convertido em experiência cometida ou omitida –, ou *ex ante* – quer dizer, antecipando-se ao cometimento do acto ou à sua omissão.

A ordem social assenta na socialização = em fazer sociais os seres humanos. Isto, por sua vez, assenta na interiorização/institucionalização, ou seja, na perspectiva de as sanções vividas se transformarem em sanções previsíveis, orientando/balizando a selecção das acções a empreender numa dada situação; por outras palavras, tudo isto assenta na aprendizagem pessoal e social.

Os sociólogos estudam o fenómeno da *anomia*, definido – numa tradição que vem dos Gregos até Merton, passando por Durkheim – não como uma ausência de normas, mas como uma ausência de sanções. Reduzidas a formulações ocas, as normas deixam de ser vinculativas. Resta, muito egocentricamente, a dor-prazer, a orientação baseada no custo-benefício, a busca individual da felicidade, que Adam Smith e o economicismo consideraram ser a pedra basilar da ordem social. Mas o economicismo não foi a resposta que a formação social indo-europeia desenvolveu através dos tempos. Tal como existe uma sintaxe de uma língua indo-europeia, também existe uma formação social indo-europeia surgida a partir da sociedade tradicional. Tendo à cabeça um *clero de brâmanes* (intelectuais-artistas), especializados em *poder cultural*, ela conta ainda com os *xátrias-aristocratas* (tropa, polícia, e respectivos servos), especializados em *poder militar*, e com os *vaixás-comerciantes*, especializados em *poder económico*. Mas estes não estão sozinhos.

Os processos de interiorização e institucionalização estão nas suas mãos. Os brâmanes ocupam-se da boa e da má consciência, a ponto de serem eles quem ministra esses sentimentos; os xátrias ministram os castigos, e os vaixás as recompensas = benefícios-custos. Controlam-se uns aos outros e, acima de tudo, controlam os *sudras-povo*, grupo de *párias-marginalizados* que constituem um alvo particularmente vulnerável do exercício que aqueles fazem do poder e do modo como ministram as sanções constantes do Quadro 1 da página seguinte.

Temos, assim, *três tipos fundamentais de violência*:

A *violência dos brâmanes*, ou violência/guerra cultural, que é a produção de ideias justificativas das outras duas formas de violência.

A *violência dos xátrias*, ou violência/guerra militar ou directa, que já passou pelas fases primitiva, tradicional, moderna e, agora, pós-moderna, esta apostada em ver quem mata mais civis.

QUADRO 1 – A formação social indo-europeia

Ordem hierárquica	Hindu as <i>varnas</i>	Europeia tradicional	Tipo de poder exercido	Sanções ministradas
Primeiro	brâmane	CLERO	Cultural	consciência espiritual
Segundo	<i>xátria</i>	ARISTOCRATAS	Militar	castigo somática
Terceiro	<i>vaixá</i>	COMERCIANTES	Económico	recompensa somática
	<i>sudra pária</i>	POVO não-povo	Impotência	Recipientes

A *violência dos vaixás*, ou violência/guerra estrutural/indirecta, traduzida em desgraça, populações esfomeadas e, em última análise, em morte.

Cada uma das castas superiores tem direito a *aplicar* a sua violência; quanto às castas inferiores, são obrigadas a *receber* toda essa avalanche de poder. A casta e a classe tanto traduzem poder como impotência. Só as pessoas devidamente capacitadas, ou seja, dotadas de poder, são capazes de ripostar – com contra-ideologias, com técnicas de guerrilha, ou vendendo mais caro o seu labor; ou então, pela subtil via gandhiana da não-violência: quer forjando para si uma identidade resistente à força das *palavras* dos brâmanes, quer munindo-se de uma intrepidez capaz de embotar a *espada* dos xátrias, quer ganhando uma auto-suficiência que dispense a dependência relativamente aos *bens* dos vaixás. Dizer poder é dizer, também, imunidade ao poder das castas superiores.

Paralelamente a isto, temos, decorrentes da tipologia das castas e sanções, *três tipos fundamentais de paz*, também eles relacionados entre si.

A *paz dos brâmanes* centrar-se-á menos na obediência e no medo, e mais na cooperação e na comiseração com todas as formas de vida;

A *paz dos xátrias* centrar-se-á em formas de controlo não-violentas, com sanções muito brandas e, sempre que possível, positivas;

A *paz dos vaixás* centrar-se-á menos na concorrência e mais nas necessidades básicas e na produção e distribuição de bens e serviços.

Nas formações sociais assentes em sanções positivas, mora a paz; nas formações assentes em sanções negativas, a violência. A violência priva as pessoas da satisfação das suas necessidades básicas. A paz permite satisfazê-las. A guerra é, essencialmente, travada contra as pessoas. *A paz é a defesa das pessoas.*

2. Violência e guerra: uma análise custo-benefício

Começemos pelo soldado, produto da tradição dos *xátrias-aristocratas*, uma tradição em que a coragem, a dignidade e a honra desempenhavam um papel fundamental: o ideal é mostrar coragem no campo de batalha, combater com dignidade, e, ainda que se perca a vida, ganha-se honra. E a coragem o que é? Correr riscos, claro. Mas também se pode dizer de outro modo: só se tem o direito de tirar a vida a alguém se se puser em risco a própria vida.

Havia regras para garantir que o risco se mantinha equilibrado para os dois lados: o duelo entre iguais, batalhas entre forças não muito desiguais, etc. Camuflar armas e armar emboscadas seriam actos engenhosos, se não fossem considerados cobardia. Bombardear alvos civis e militares de uma altitude de mais de 14 mil pés, sem sequer contemplar os horrores assim provocados, é o máximo da cobardia: é, em suma, o soldado pós-moderno, acima de tudo preocupado com “a protecção das forças”, com a protecção da sua própria vida. Nada a ver com o lendário general/rei no seu cavalo branco, cavalgando diante das tropas – pois o general foi-se retirando cada vez mais da frente da batalha, metido em *bunkers* ou num quartel-general bem seguro algures no seu país, dirigindo a guerra em “tempo real” (e a partir de um espaço irreal).

Contraste-se essa situação com as campanhas não-violentas: todos os riscos somáticos são corridos pela parte não-violenta, nenhuns pelo adversário.

Mas o melhor de tudo, obviamente, será um mundo com poucos ou nenhuns riscos às mãos de terceiros, sejam eles distribuídos de forma simétrica (guerra tradicional e dos inícios da era moderna) ou assimétrica (guerra pós-moderna, não-violência). O melhor de tudo é a paz.

O *xátria-aristocrata* corria riscos, mas também recebia grandes recompensas: monumentos (o ubíquo homem a cavalo), nomes de ruas, menções nos manuais de História. Quanto ao cobarde piloto de caça dos nossos dias, bombardeando comodamente a partir do *cockpit*, irá por certo desaparecer do mapa, por entre um bem merecido olvido e a repulsa geral.

Passemos agora ao *vaixá-comerciante*. Ele corre riscos, negocia no mercado e os custos podem ultrapassar os benefícios, mesmo quando tem a palavra-chave “limitada” a escudá-lo de responsabilidades. Mas, de um modo geral, ele sai a ganhar. A classe dos comerciantes é rica, embora esteja sujeita a ter os bens confiscados quando há revoluções socialistas (coisa rara) e as coisas materiais sofram destruição quando há guerras. De uma maneira geral, apoiam as guerras e os militares se estão habituados a expandir e a proteger os mercados, da mesma forma que apoiam a polícia para que esta proteja a propriedade e mantenha a “perigosa” classe trabalhadora à distância. Tanto num caso como no outro, o comerciante esconde-se

por trás do seu amigo soldado deixando que seja este a apanhar com as eventuais críticas, e fá-lo tão bem que muita gente nem se dá conta de que tudo isto faz parte integrante do que é o poder militar.

A conclusão é clara: o comerciante safa-se com impunidade, pouquíssimos riscos e ganhos altíssimos. No entanto, só muito raramente será contemplado com um monumento em praça pública ou com um lugar nos manuais escolares e nos museus. Os seus ganhos são do espaço privado e depois transmitidos à sua descendência, sem passar pelo espaço público. Raramente é rodeado de carinho e admiração, e não é dos seus feitos que são feitas as letras dos hinos e baladas. Há nele algo furtivo. Dele se diz, e com razão, que tem em vista mais o ganho privado do que o bem público. Mas, em privado, ele é admirado por manter as massas razoavelmente bem comportadas. Se as necessidades básicas destas só podem ser satisfeitas mediante a venda da sua força de trabalho, então quem controlar a economia controla também, em grande medida, as massas (o que é um forte argumento a favor do controlo social!).

O método é claro: uma taxa de desemprego suficientemente elevada para manter baixos os salários, mas não tão elevada que leve as pessoas a perder a esperança de arranjar emprego e a explorar outras vias, como sejam os negócios ilegais, a criminalidade, ou mesmo – Deus nos livre de tal! – a acção revolucionária!

Passemos então ao *brâmane-intelectual*. Na secção seguinte, dar-se-á um exemplo de uma terrível violência cultural: a bula *Inter Caetera*, do papa Alexandre VI. Este não correu riscos nenhuns, é hoje uma figura praticamente desconhecida e, contudo, a consequência do seu palavrório foi mais guerras e mais violência dos que as alguma vez causadas por qualquer outro chefe militar ou político. Numa palavra, ele legitimou assim toda a enormidade que é a violência, directa ou indirecta, a que chamamos colonialismo. Há um punhado de brâmanes que são homenageados no espaço público, seja nos nomes de ruas ou em monumentos, não por causa de terem assumido riscos somáticos, mas tão-só devido a produtos exibidos em museus, galerias e bibliotecas. Vêm-se completamente impunes, colhendo os frutos de uma fama considerável. São capazes de matar com as suas obras em prosa ou poesia, as suas canções, quadros, estátuas, mas sempre a partir de uma distância segura. Uns cobardes, todos eles.

Resta-nos, então, o *povo*. É ele o recipiente da violência directa, excepto por altura de uma ou outra convulsão, quando tenta inverter o sentido do poder. Habitado a fazer as guerras dos que lhe estão acima, é ele a vítima, seja na qualidade de soldado, seja enquanto civil, como sucede com cada vez mais frequência nas actuais condições pós-modernas.

É ele a vítima das mãos invisíveis que comandam os mercados, mas também, em certos casos, o beneficiário.

Vive exposto à avalanche normativa de poder cultural que faz dele, a um tempo, um carrasco aquiescente e uma vítima bem treinada.

Pode ver-se esta situação altamente injusta resumida no Quadro 2.

Há, como é evidente, alguns excelentes motivos para se ter um mestrado em administração empresarial!

QUADRO 2 – A ordem social. Riscos e ganhos

RISCOS\GANHOS	ALTO	BAIXO
ALTO	sudras/povo	xátrias/soldados
BAIXO	brâmanes/intelectuais	vaixás/comerciantes

3. A violência dos brâmanes: um exemplo

A bula papal *Inter Caetera* (de 4 de Maio de 1493) começa com um elogio aos “caríssimos filho e filha em Cristo”, os Reis Católicos Fernando e Isabel (Alexandre VI era espanhol), por espalharem a fé católica e a religião cristã “e para que as nações bárbaras sejam dominadas e reduzidas à mesma fé”. Seguidamente, o texto torna-se mais concreto:

como se manifesta no facto de terdes em nossos dias arrancado por vossas mãos da tirania dos Sarracenos o reino de Granada, com grande glória do reino de Deus

tinheis resolvido enviar o nosso dilecto filho Cristóvão Colombo com navios e homens aparelhados para este género de empresas, [...] para que eles com todo o afã, buscassem pelo mar, até onde ninguém tivesse ainda navegado, terras remotas e desconhecidas; [...] e encontraram certas ilhas remotíssimas e também terras que ninguém tinha ainda descoberto, nas quais habitam muitas gentes que vivem pacificamente e, ao que se diz, andam nuas e não comem carne; [...] e mostram boa disposição para abraçarem a fé católica e aprenderem os bons costumes

E prossegue, dizendo como Colombo

mandou edificar e construir numa das principais das ditas ilhas uma torre assaz forte, na qual meteu alguns cristãos que tinham ido com ele, para guarda e para dali buscarem outras ilhas e terras desconhecidas; em algumas ilhas e terras já descobertas se encontra oiro, perfumes e muitas coisas preciosas [...] E vós, com o favor da Clemência Divina submetestes ao vosso domínio as ilhas e terras sobreditas e seus habitantes, e os convertestes à fé católica

O texto torna-se então ainda mais específico, concluindo de forma muito clara:

[Nós vos] doamos [...], a vós e a vossos herdeiros e sucessores, Reis de Castela e de Leão, em perpetuidade, todas e cada uma das ditas ilhas e terras, assim as desconhecidas e até agora descobertas [...] como as que de futuro vierdes a descobrir

e vos fazemos, constituímos e deputamos senhores delas, com pleno, livre e *omnímodo poder, autoridade e jurisdição* (sublinhado nosso)

A ninguém é, pois, lícito infringir esta carta de nossa exortação, requerimento, doação, concessão, assinação, investidura, feitura, constituição, deputação, mandado, inibição, indulto, extensão, aplicação, vontade, e decreto, ou ter a ousadia de ir temerariamente contra ela. E se alguém tiver o atrevimento de isto fazer, saiba que incorre na indignação de Deus Omnipotente e na dos seus bem-aventurados apóstolos S. Pedro e S. Paulo¹.

Em suma: a Terra pertence a Deus, e o papa administra a vontade de Deus e delega nos reis de Espanha *toda a jurisdição*. Resultado: a legitimação de toda a realidade hedionda que é o colonialismo.

4. A violência dos xátrias: um exemplo

Em “Narcissus’ Empire”², Linda Ryan reflecte sobre os “teatros da intervenção humanitária”:

Iraque, 1991: 180.000 pessoas mortas pela “comunidade internacional” na Guerra do Golfo e 80% da infra-estrutura do país destruída, a um custo estimado em 150 mil milhões de dólares.

Somália, 1993: 4.000 pessoas mortas pelas tropas das Nações Unidas em 12 meses; setecentas numa única noite, em 5 de Setembro. (Que interessante é a prosa humanitária: “Não estamos a infligir dor a estes sacanas”, disse Clinton – “Quando alguém mata os nossos, os que nos matam deviam morrer em maior número. Acredito em matar quem nos tenta magoar. E não posso crer que nos estamos a deixar pisar por estes cabrões de meia-tigela” (*in* George Stephanopoulos, *All Too Human*).

Iraque, 1992-99: Cerca de 500.000 mortos devido à falta de alimentos essenciais e de medicamentos imposta pelo regime de sanções económicas. Os “raides” continuam –

Jugoslávia, 1999: 2.000 civis e 600 membros das forças armadas em resultado dos bombardeamentos da NATO, que destruíram 40% da indústria do país.

¹ Versão portuguesa de José Saraiva [N. do T.].

² *Living Marxism* 126, Dezembro de 1999.

De seguida, Ryan cita um diálogo travado entre um piloto e operadores do sistema AWACS (referido na revista da International Strategic Studies Association, sediada nos EUA):

Piloto: – – Debaixo de mim colunas de carros, uma espécie de tractores. O que é aquilo? Solicito instruções.

AWACS: Está a ver tanques? Repito, onde é que estão os tanques?

Piloto: Estou a ver tractores – –

AWACS: Mas que coluna tão estranha. Civis? Rai's partam, isto é tudo obra obra dos Sérvios. Destruir o alvo.

Piloto: Destruo o quê? Os tractores? Repito, não vejo tanques nenhuns. Solicito mais instruções.

AWACS: Isto é um – um alvo militar perfeitamente legítimo. Destruir o alvo. Repito. Destruir o alvo.

Piloto: Correcto, entendido. Lançar mísseis.

Nesta última e letal troca de palavras, o oficial do controlo AWACS torna-se vítima da própria propaganda do Ocidente relativamente aos Sérvios, que os desumanizou a ponto de já não restarem sérvios humanos. Não obstante encontrar-se a 3.000 pés de altitude e poder desfrutar de uma visão mais nítida, o piloto vê-se ultrapassado e procede à matança. Não irá ganhar por isso um monumento, e poderá talvez um dia compreender o que fez. Na melhor tradição dos veteranos norte-americanos, há-de então regressar ao local da violência directa e, aí, arrepender-se e encetar a reconciliação. Quanto aos brâmanes que estão por trás da “matança humanitária”, não é provável que se humanizem a esse ponto.

5. A violência dos vaixás: um exemplo

Com a edição anual do seu *Relatório do Desenvolvimento Humano*, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento presta um enorme serviço à Humanidade. É evidente que desenvolvimento = desenvolvimento humano – pois que mais há para desenvolver? Os ministérios? As grandes empresas? O *Anuário* ocupa-se das necessidades e dos direitos essenciais dos seres humanos em toda a parte, mostrando que todos os países apresentam os seus défices, passíveis de remédio pela via do desenvolvimento.

A violência dos vaixás dá, hoje, pelo nome de liberalismo de mercado, consagrando assim as perspectivas economicistas; ela alastra a partir do centro – esteja este localizado no Ocidente ou no Japão – e atinge os quatro cantos do mundo (globalização), matando as economias não baseadas no mercado, reduzindo o papel do Estado enquanto actor económico (privatização) e gerando desemprego por efeito da subida da produtividade

laboral. Com a terra, a água e as sementes a ser transaccionadas no mercado, a agricultura para consumo directo torna-se difícil; e com as privatizações, fica seriamente reduzida a capacidade do Estado para gerir um sistema de ensino e um serviço de saúde básicos. Não haverá nisso qualquer problema para quem puder pagar a comida e a saúde; outros, porém, morrerão de fome e de doenças evitáveis: é a violência estrutural. O estado actual desse tipo de mortes é de cerca de 100.000 por dia.

É perversa uma economia mundial que distribui a riqueza de maneira tal que 3 pessoas apenas possuem tanto quanto a riqueza possuída por pouco menos de metade dos países do globo; o mesmo pode dizer-se do rendimento diário de 2 dólares, auferido por metade da Humanidade, e de menos de 1 dólar, que é o que ganham 1.7 mil milhões de pessoas diariamente (dados de 1997). A razão entre os 20% da população com maior poder de compra e os 20% com poder mais baixo sofreu um aumento médio de 3,1%, enquanto a economia mundial cresceu 2,8%. Em resultado disso, o fundo afunda-se, e o fundo do fundo encontra a morte.

Na raiz de tudo isto está a obsessão dos economistas – e dos *media!* – com o PNB *per capita* (o deve-e-haver do comerciante, em ponto grande) e em especial com o crescimento do capital financeiro (Dow Jones, Nikkei), em detrimento do factor distribuição. A economia mundial é um verdadeiro escândalo.

6. A paz dos brâmanes: um exemplo

Uma versão alternativa (em tom “cristão suave”) da bula papal de 3 de Maio de 1493

Alexandre VI, servo dos servos do Deus cristão, aos Reis Católicos de Castela, Leão, Aragão e Granada:

Foi-nos concedida uma dádiva excepcional: poder viajar de barco, guiados pelos astros do Todo-Poderoso, através de vastos oceanos, até ilhas e terras remotas, diferentes das que temos na Europa, e principalmente habitadas por povos diferentes dos que temos na Europa.

A ti agradecemos, ó Deus, nosso Pai e Mãe, e Filho, e Espírito Santo, pela maravilhosa oportunidade que nos é dada, de nos enriquecermos pelo encontro com os Outros, de os podermos acolher, celebrando assim a diversidade dos humanos, dos queridos animais e plantas, dos mares e das terras que há debaixo do céu magnífico, iluminado pelo Deus Sol.

Aprenderemos com as suas Verdades, com o seu modo de ver o mundo e todos os milagres que nele existem. Oferecer-lhes-emos as nossas Verdades, para que as possam

provar e julgar pelos seus frutos. E juntos havemos de ir em frente, espiritual e materialmente, aprendendo uns com os outros através da palavra – *dia logos* – e através da troca de coisas materiais – *via materialis*. Que maravilhosa e estimulante oportunidade esta, de, todos juntos, sondarmos verdades mais fundas do que aquelas a que alguma parcela da Humanidade poderá, alguma vez, chegar sozinha.

Nós, Alexandre VI, servo dos servos do Deus cristão, ordenamo-vos, reis de Castela, Leão, Aragão e Granada,

– que vos acerqueis destes povos, os já descobertos e os ainda por descobrir, com profunda humildade e respeito, nunca vos impondo a eles, nem pela força, nem pela ameaça da força, nem por ofertas ou promessa de ofertas, mas antes promovendo trocas amigáveis, num espírito de reciprocidade, *se for essa a vontade deles*. Não o sendo, deixai-os então em paz, e dizei-lhes onde vos poderão achar caso mudem de opinião. E podereis perguntar-lhes que coisa os poderia levar a mudar de opinião, para que entendais as razões que possam ter para não nos receberem como nós os queremos receber a eles.

– que aprendais com esses povos. Foi-nos dado saber que vivem em paz, que caminham nus e que não comem carne. Procurai aprender com eles o conhecimento e a sabedoria que os conduziu a uma vida vivida em paz, tão tristemente ausente nestas nossas paragens. Estará ela relacionada com os outros dois hábitos? Pedi-lhes humildemente que sejam vossos mestres na difícil arte da harmonia.

– que não edifiqueis nunca torre ou fortaleza, mas pedi-lhes antes permissão para morar no seu seio, sempre com risco vosso, não deles.

Expulsastes os sarracenos porque haviam ilicitamente ocupado a vossa terra, e o mesmo fizestes com os judeus. Mando que volteis a chamar tantos muçulmanos e judeus quantos queiram regressar, para que se instalem em vossas terras, vos enriqueçam com as ideias diferentes que possuem da mensagem contida no Livro Sagrado, e que prossigam no Alhambra de Granada os esplêndidos diálogos entre as religiões abraâmicas, na esperança de chegar cada vez mais alto e mais fundo no entendimento da Criação que a todos nos une.

Problema: talvez quiséssemos uma bula assim. Mas o facto é que nunca chegou a ser escrita.

7. A paz dos xátrias: um exemplo

E, no entanto, havia grandes problemas na região do Golfo, na Somália, na Jugoslávia. Como resolvê-los sem violência, ou mantendo-a a níveis muito baixos?

A solução, claro está, seria envolver menos os EUA, um Estado muito beligerante e apostado em soluções militares, e mais as Nações Unidas, desde que estas apresentassem alternativas. Eis algumas:

– Por trás da violência há sempre conflitos, quer dizer, facções com objectivos incompatíveis. Deste modo, um princípio simples como é a ideia de “igual direito à autodeterminação” para as nações que precariamente coabitavam numa Jugoslávia em vias de desintegração poderia ter transformado a Croácia numa federação com uma parte sérvia; na Bósnia-Herzegovina, os Croatas podiam ter aderido à Croácia, os Sérvios podiam ter criado a sua Republika Srpska, e os Bósnios podiam ter ficado com uma cidade-estado com o centro em Sarajevo; finalmente, o Kosovo seria uma república dentro da Jugoslávia (com um estatuto muito para além da autonomia), talvez mesmo independente, contendo um cantão sérvio.

– A manutenção da paz podia assentar, como agora sucede, em armas ligeiras destinadas à autodefesa, a que viria acrescentar-se uma força convencional de polícia para controlo de multidões e treino em técnicas de não-violência e mediação de conflitos, a fim de que todos os elementos das forças de manutenção da paz possuíssem um vasto reportório de meios não-violentos. A isto deveria ainda acrescer

- um número elevado de agentes de manutenção da paz, ou seja, não tanto “capacetes azuis” como um verdadeiro “tapete azul”, tão denso que deixasse pouco espaço para a violência; e
- pelo menos 50% de agentes de manutenção da paz do sexo feminino, mais preocupadas com os seres humanos e menos com o equipamento, e também com menor probabilidade de serem usadas como alvos.

– O uso da violência deixa sempre resquícios perniciosos, quer esse uso tenha acontecido há muito tempo, quer seja de data recente. Há que dar início a processos de reconciliação, por sua vez baseados em comissões de apuramento da verdade, em pedidos de desculpas, e em indemnizações, a par de esforços conjuntos de reconstrução e de resolução de conflitos.

Mas que acontecerá, então, ao soldado? Pode ser que este seja o novo soldado, conhecedor das técnicas da violência – para, entre outros motivos, compreender quem é violento –, mas treinado na não-violência e dotado de elevados níveis de empatia com todas as partes envolvidas e de criatividade com vista à procura de soluções. Ou então, que haja militares a cooperar com não-militares nas tarefas de manutenção da paz, e que essa colaboração seja não apenas com a polícia mas também com civis, incluindo os objectores de consciência, eliminando dessa forma um fosso antiquíssimo. E nunca esquecendo a paridade entre os sexos. Há tanta coisa que pode ser feita!

8. A paz dos vaixás: um exemplo

Como poderão os comerciantes contribuir para uma economia mais humana? Produzem e distribuem bens e serviços destinados, em última instância, ao consumo (final) humano. Os bens e serviços são fornecidos para venda através do mercado, e são comprados se houver uma procura apoiada no poder de compra. A resposta genérica está, obviamente, em produzir bens e serviços capazes de satisfazer as carências básicas a um preço que esteja ao alcance dos mais necessitados. Ora isso deixa uma margem pequena para o lucro. E, no entanto, a primeira empresa farmacêutica que conseguir disponibilizar tecnologias com vista à produção de medicamentos genéricos, mantendo um pequeno nicho, será sem dúvida acolhida como uma bênção, incluindo para si própria. O mesmo sucederá com as empresas de bens alimentares que se mostrem capazes de desenvolver produtos baratos, saborosos, nutritivos e não-tóxicos, bem diferentes da Coca-Cola.

E porque não reanimar os pequenos produtores e comerciantes, descarregando tecnologias pela internet, incluindo através do aperfeiçoamento de tecnologias antigas, produzindo muito mais a nível local, e comprando directamente aos produtores – que, por sua vez, poderiam também voltar ao modelo de produção destinada ao consumo próprio e à troca directa com outros produtores da sua área? Introduzindo, ao mesmo tempo, sistemas monetários de âmbito local, que confirmam ao comprador um desconto de 10%? É claro que todos os produtos teriam de ser devidamente rotulados, para que os consumidores soubessem de onde é que os produtos – ou certos componentes-chave – terão viajado para chegar até si. A preferência por produtos “até 100 kms” reduziria a carga exercida sobre o ambiente em resultado do transporte, bem como a carga exercida sobre o corpo humano em resultado dos químicos usados para prolongar o tempo de vida do produto na prateleira (por contraste com o tempo de vida humana). Além disso, constituiria um estímulo para os pequenos produtores e comerciantes, para já não falar do que seria para toda a comunidade local, a qual, de dormitório voltado para o consumo, se veria, assim, transformada numa vibrante comunidade orgânica. Resumindo: vida nova para os comerciantes, tanto no nível global como no nível nacional e local – e de preferência em todos estes níveis simultaneamente.

9. Uma estrutura de paz, uma cultura de paz

Nas formações sociais mora a violência e/ou a paz.

E a formação social indo-europeia tal como acima é descrita proporcionou amplas oportunidades para que as três elites desenvolvessem a divisão do trabalho na guerra por si travada contra o povo comum, tanto dentro

como fora da suas próprias fronteiras. As castas guerreiras tradicionais ao menos corriam riscos e pautavam-se por ideais de coragem, honra e dignidade – todas elas sacrificadas no altar da racionalidade moderna legitimada por esse brâmane militar que foi Clausewitz.

Mas nas coisas humanas há sempre contrapontos e dialética. As vozes da paz imediata, uma paz estrutural e cultural, também se fazem ouvir. O que acima se sugeriu como sendo alternativas não é nada de utópico, antes podia perfeitamente ocorrer e vir a mudar as três elites. O resultado seria uma outra ordem social e uma outra estrutura social, baseadas mais em sanções positivas.

Subjacente a todas estas mudanças, teria de estar uma outra imagem do povo comum, não mais visto como algo a sacrificar enquanto soldados/civis e a explorar enquanto trabalhadores/consumidores (uma e outra estrutura justificada por sacerdotes tão eminentes como por exemplo os juristas e os economistas). O povo comum haveria de ser respeitado; seria composto por cidadãos, não por meros súbditos; disporia de direitos humanos essenciais e inalienáveis; e as suas necessidades básicas haveriam de ser consideradas inegociáveis. Hoje é comum ouvir-se falar estas quatro línguas. É por aqui o caminho. O problema é que as três elites tentam com enorme frequência, e à traição, toda a sorte de truques para achar novas maneiras de sacrificar o povo e de o explorar em nome de abstrações como a nação/classe, o Estado, e o mercado/economia.

A violência abate-se com mais força sobre o povo do que sobre qualquer outra entidade; a paz protege o povo sem sacrificar as elites. Quanto às revoluções, ao sacrificar as elites, elas mais não fazem do que reproduzir a estrutura da guerra. A paz é o caminho.

Tradução de
João Paulo Moreira